



Sem feminismo não há agroecologia: A resistência das mulheres camponesas no Brasil

Por Indyra Monteiro, para RAÍZES.

2026/03/19

A Diversidade do Campo e o Trabalho Invisível

O campesinato latino-americano é marcado pela diversidade. Quando nos referimos ao campo, não nos referimos a algo único, mas a uma realidade diversa e repleta de complexidades. São comunidades tradicionais, assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e uma imensa variedade de identidades sociais. Em todas elas, as mulheres desempenham um papel central na produção de alimentos, na preservação das sementes nativas e crioulas, no cuidado com o solo e na manutenção da sociobiodiversidade. Ao nos referirmos à agroecologia, defendemo-la para além de um mero conjunto de técnicas agrícolas: ela constitui um projeto político de transformação social que reconhece a relação inseparável entre natureza, trabalho, cuidado e justiça



social. Nesse processo, a participação das mulheres não é apenas importante, mas estruturante.

Historicamente, o trabalho das mulheres camponesas foi invisibilizado tanto pelas estatísticas oficiais quanto pelas narrativas dominantes sobre a produção agrícola. Embora sejam responsáveis por grande parte dos alimentos que abastecem as famílias e os mercados locais, seu trabalho frequentemente é classificado como “ajuda”, e não como contribuição econômica que sustenta a vida. Além das atividades produtivas, recaem sobre elas as responsabilidades do trabalho doméstico e do cuidado com crianças, idosos, pessoas doentes e da própria organização cotidiana da vida comunitária. Essa sobrecarga evidencia que a desigualdade de gênero não se expressa apenas no acesso à terra, ao crédito e às políticas públicas, mas também na divisão desigual das tarefas de cuidado.

A Agroecologia como Projeto Feminista e o Desafio do Cuidado

A agroecologia, construída a partir das experiências concretas das mulheres, demonstra que o cuidado com o solo está profundamente conectado ao cuidado com a alimentação e com a saúde das famílias. A diversidade de cultivos, o manejo ecológico da terra, a preservação das águas e o conhecimento tradicional transmitido entre gerações são práticas que garantem a soberania e a segurança alimentar das comunidades. Nesse sentido, a produção agroecológica não se limita à geração de renda: ela fortalece a autonomia das famílias, preserva territórios e constrói alternativas concretas ao modelo predatório do agronegócio capitalista, baseado na monocultura, no uso intensivo de agrotóxicos e na concentração de terras.

No entanto, é necessário reconhecer que, ao garantirem a sustentabilidade da vida, as mulheres encontram-se exauridas. As múltiplas jornadas que articulam trabalho produtivo e reprodutivo, tarefas domésticas, comunitárias e políticas geram sobrecarga física e emocional. A construção da agroecologia, portanto, impõe também a transformação das relações sociais dentro das próprias famílias e comunidades. A divisão justa das tarefas domésticas e de cuidado é condição fundamental para que as mulheres possam participar plenamente dos espaços de decisão, formação política, organização coletiva e inovação produtiva.

Nesse contexto, torna-se fundamental que movimentos e organizações sociais realizem campanhas e promovam o debate sobre a corresponsabilidade nos trabalhos domésticos e de cuidado. Educar os homens, os jovens e toda a comunidade sobre a importância da divisão equitativa dessas tarefas não é apenas uma pauta privada ou familiar, mas um tema político central para a construção de sistemas alimentares justos e sustentáveis. Sem enfrentar a desigualdade dentro das casas e das comunidades, torna-se impossível consolidar transformações estruturais no campo.



Oficina de acompanhamento das Cadernetas Agroecológicas na comunidade de Airões. Fonte: Indyra Monteiro

A Experiência das Mulheres no Brasil

As mulheres, organizadas em movimentos sociais, associações comunitárias, cooperativas e redes de produção, têm demonstrado que a agroecologia é também um projeto feminista. Ao construir experiências de produção coletiva, feiras agroecológicas, bancos de sementes e processos de formação popular, elas reafirmam que produzir alimentos saudáveis é um ato político que enfrenta simultaneamente o capitalismo, o racismo estrutural e todas as formas de opressão que atravessam os territórios.

Nos diferentes territórios do Brasil onde atuamos, em comunidades camponesas, assentamentos da reforma agrária e também em regiões impactadas pela mineração, temos fortalecido práticas que articulam agroecologia, organização coletiva e feminismo popular. As agricultoras familiares organizadas na Marcha Mundial das Mulheres impulsionam os quintais produtivos como estratégia de sustentabilidade da vida, bem



como os intercâmbios agroecológicos e os grupos de consumo solidário que ampliam a diversidade alimentar e fortalecem a autonomia econômica das famílias. Esses espaços, para além da produção, são territórios de formação política, circulação de saberes e construção de redes de solidariedade. Entre as diversas ações de promoção e massificação da agroecologia, uma ação concreta é o fortalecimento do processo de preservação das sementes crioulas por meio das guardiãs de sementes que realizam encontros para a troca e a construção do conhecimento coletivo agroecológico.

As mulheres estabelecem pontes vivas entre o campo e a cidade, demonstrando na prática que existem alternativas viáveis ao modelo predatório e concentrador do agronegócio. Por isso, apostamos no fortalecimento das feiras agroecológicas e na comercialização solidária para ensaiar outras formas de relações econômicas. É precisamente nesse cenário de construção de autonomia que entra em jogo uma de nossas ferramentas metodológicas e políticas mais poderosas: a caderneta agroecológica. Concebida a partir da economia feminista, essa ferramenta cumpre um papel estratégico. Ao registrar meticulosamente o destino diário de tudo o que se produz nos quintais e lotes — o autoconsumo familiar, a troca ou escambo com a comunidade, as doações e as vendas —, a caderneta rompe a invisibilidade histórica do trabalho agrícola feminino. Os dados gerados por essas cadernetas: traduzem em números a impressionante diversidade produtiva, evidenciam a verdadeira geração de renda do domicílio e demonstram a contribuição fundamental das mulheres para a soberania e segurança alimentar.

O uso das cadernetas, no entanto, não se limita ao registro. Os encontros de sistematização transformam-se em ferramenta pedagógica e política: ao analisarem juntas suas anotações, as mulheres refletem sobre diversificação de cultivos, manejo agroecológico do solo, uso de bioinsumos, preservação de sementes e estratégias de enfrentamento às mudanças climáticas. Assim, o conhecimento agroecológico emerge da prática coletiva feminista e orienta formas de manejo comprometidas não apenas com a produtividade, mas com o bem viver — autonomia, equilíbrio com a natureza, justiça nas relações de gênero e fortalecimento das comunidades.

As Vozes de quem Sustenta a Vida

Para compreender o verdadeiro impacto dessas ferramentas, é necessário escutar quem está na linha de frente da produção e do cuidado. A partir da Marcha Mundial das Mulheres, em articulação com a Via Campesina, impulsionamos a "caderneta agroecológica" não apenas como um registro de dados, mas como um espelho que devolve às camponesas o reflexo de seu próprio valor. Antes dessa prática, muitas companheiras viviam sob a sombra da invisibilização patriarcal, assumindo uma carga física imensa sem poder nomeá-la ou quantificá-la: "De tarde eu estava cansada e não



sabia o que eu tinha feito”, confessa Maria da Conceição, uma das agricultoras que transformou sua realidade com essa caderneta. No entanto, ao colocar no papel cada alimento cultivado, trocado ou vendido, a percepção muda radicalmente ao demonstrar em números quem realmente sustenta a vida familiar. Como relata a própria Maria com firmeza: “Quando veio a caderneta foi que eu vim descobrir que eu contribuo bastante com a economia de casa (...). Eu tenho como comprovar pra eles que eu trabalho, que eu tô ali lutando o dia inteiro”.

Esse processo de revelação contábil converte-se rapidamente num profundo despertar político e emocional. Ao tornar visível o invisível, a caderneta rompe com o mito de que a mulher no campo apenas “ajuda” o marido. “Quando anotamos na caderneta, é a facilidade que encontramos de nos valorizarmos mais, que muitas vezes não nos sentimos valorizadas”, reflete Maria da Conceição, evidenciando como essa metodologia da economia feminista cura e fortalece a autoestima. A partir dessa certeza, a luta transcende as fronteiras do quintal produtivo e se instala na exigência de direitos e na defesa do território. Assim ela reafirma ao projetar seu papel na sociedade: “Acho que a igualdade de gênero tem que existir sim, e as pessoas têm que lutar por isso, principalmente as mulheres”. É essa mesma força, nascida do reconhecimento de seu trabalho, que lhe permite defender seu enraizamento e sua identidade: “Eu tenho orgulho de ter nascido na roça, criado a minha família e pretendo, até quando Deus permitir, eu estar aqui na roça”.



Faixa elaborada pelas mulheres na oficina da Caderneta Agroecológica. Fonte: Indyra Monteiro



O Horizonte de Transformação

É por isso que organizações como a Marcha Mundial das Mulheres têm afirmado de maneira contundente que não existe agroecologia sem feminismo. Defender a agroecologia significa defender uma vida digna para todos e todas, reconhecer o valor do trabalho das mulheres e construir relações sociais baseadas na solidariedade, na igualdade e no respeito aos povos que defendem a terra. Significa também afirmar que a transformação dos sistemas alimentares passa necessariamente pela valorização dos conhecimentos das mulheres, pela garantia de seus direitos e pela redistribuição real do trabalho de cuidado.

Assim, fortalecer a agroecologia implica visibilizar o papel central das mulheres que, em seus territórios, criam alternativas concretas ao modelo dominante de produção, preservam a biodiversidade, garantem alimentos saudáveis e sustentam a vida comunitária. Implica também promover políticas públicas que assegurem acesso à terra, ao crédito, à assistência técnica agroecológica e feminista, bem como à proteção social.

Sem a participação ativa das mulheres e dos povos que defendem a terra, não há agroecologia possível. Reconhecer essa centralidade não é apenas um gesto simbólico, mas um passo essencial para construir sociedades mais justas e livres de opressões. Por isso, reafirmamos: sem feminismo não há agroecologia!

Referências:

[1] Sempreviva Organização Feminista (SOF) & Marcha Mundial das Mulheres. (2023). Mulheres em marcha: natureza, territórios e soberania. São Paulo, Brasil. Disponível em: <https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2023/12/Mulheres-em-marcha-natureza-territ%C3%B3rios-e-soberania-relat%C3%B3rio-da-oficina.pdf>

[2] Governo do Estado da Bahia / Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR). (2021). Cadernetas Agroecológicas: a revolução silenciosa das Guardiãs da Agrobiodiversidade. E-book institucional. Disponível em: https://www.ba.gov.br/car/sites/site-car/files/migracao_2024/arquivos/files/2021-09/CADERNETA%20AGROECOLOGICA%20-%20E-BOOK%20VIRTUAL%20-%20SAIDA%2004.pdf

[3] Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Sem Feminismo Não Há Agroecologia! (Manifesto Político). Disponível em: <https://ctazm.org.br/bibliotecas/sem-feminismo-nao-ha-agroecologia-297.pdf>

[4] Colabora - Jornalismo Sustentável. (7 de marzo de 2019). CADERNETAS AGROECOLÓGICAS - FEMINISMO NA PRÁTICA [Archivo de Video]. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Qw4EnmWud7M>